APROVADA EM 10/06/2021. ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA AMPLIADA - COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUA – CBH- BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 04 de maio de 2021, às 14h, deu-se a reunião extraordinária da Diretoria Ampliada a por videoconferência com a seguinte pauta: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação das atas de 14/12/2020, 03/02/2021 e 04/03/2021; 3) Planejamento 2021; 4) Integração dos diversos sistemas de informação (SIGA BG, Sistema da Novaterra, MP em mapas, sistemas do INEA/SEAS); 5) Edital de Educação Ambiental.** A reunião teve início às 14h20. **1) Aprovação da pauta:** A pauta foi aprovada pelos presentes. Alexandre Anderson dos Santos sugeriu que fosse incluída a pauta de discussão do edital de educação ambiental, mas decidiu-se por aguardar a entrada de outros membros do subcomitê para verificar se a inclusão deveria ser feita. **2) Aprovação das atas de 14/12/2020, 03/02/2021 e 04/03/2021:** As atas foram aprovadas por todos. Amanda Jevaux e Eloísa Torres manifestaram que estão participando pela primeira vez da reunião, por isso não teriam contribuições aos documentos. **3) Planejamento 2021:** Ana Costa realizou a contextualização sobre o assunto, colocando que com sua promoção para o cargo de gerente em recursos hídricos, havendo a disponibilidade de uma vaga para especialista em recursos hídricos no Contrato de Gestão. Ana colocou que com isso está havendo o aproveitamento dos especialistas disponíveis no escritório de projetos para demandas específicas e que tem buscado aproveitar as pessoas de acordo com a formação e disponibilidade. Ana acrescentou que é necessário que haja desembolso para se justificar os especialistas em recursos hídricos e que entende que o ideal seria que o escritório de projetos acompanhasse de perto a demanda específica de cada subcomitê, se tornando responsável por todo o acompanhamento do contrato, exemplificando com a situação do subcomitê Itaipu-Piratininga, que escolheu pela execução de uma ação específica do subcomitê e que se houvesse o deslocamento de um especialista do contrato de gestão para atender a esta questão significaria duas pessoas atendendo a demandas específicas de apenas um subcomitê, quando há necessidade que os especialistas do CG se dediquem a demandas gerais da região hidrográfica. Sobre a contratação de um substituto, Ana pontuou que deverá ser aguardada a realização da contratação do edital da secretaria executiva, pois não poderá realizar a contratação específica. Flávia Lanari questionou sobre a contratação de estagiários e como ficaria a situação da Lohana Santos no atendimento do CG e EP. Ana esclareceu que já estão sendo contratados os estagiários, que o Carlos Silva está realizando a contratação e que a Lohana tem se dedicado a atender ao subcomitê Maricá-Guarapina três dias por semana e se dedica ao TdR por dois dias na semana. Jorge Muniz questionou como aconteceria no andamento dos subcomitês, pensando que pode haver uma defasagem do atendimento dos profissionais. Ana colocou que o Leste é atendido por Luciana Rosário e Gabriel

Macedo, tendo havido o deslocamento de Luciana, por ser engenheira civil, para atendimento das ações de saneamento, mas que a Laura Pantaleão, que é engenheira florestal, estará acompanhando o PSA, pois entende que ela é mais apta a analisar estes produtos. Ana ressaltou que pretende valorizar o conhecimento do profissional de acordo com sua formação. José Paulo Azevedo falou sobre o deslocamento de João Coimbra para o Plano de Bacias, tendo deixado de atender demandas sobre newsletters e site do subcomitê, questionando se a Mércia Anselmo poderia realizar estas demandas relativas à comunicação. Ana respondeu que Mércia está realizando a contratação do Plano de Comunicação. José Paulo indagou o motivo de não se ocorrer a contratação como no Comitê Piabanha, de acordo com a necessidade específica do profissional. Amanda reforçou sua posição da última reunião de diretoria, ela afirmar ter uma grande preocupação com a divisão, entendendo que a formação da especialidade de cada um dos técnicos é fundamental para o acompanhamento específico dos editais e fala como isso acaba interferindo na dinâmica. Amanda informa que atualmente tem o especialista que acompanha e que se não fosse ele não estariam com as atas, reuniões, andamento e avanço dado nos últimos tempos. Amanda disse que deve pensar em novo formato e que quanto à saída da Ana, deve ser preenchida a vaga e não tampar o sol com a peneira, Amanda expressa que é desfavorável ao plano de trabalho que está sendo construído. Amanda disse que encaminhou um e-mail a respeito do edital que poderia ser assinado e o Paulo Eduardo Aragon assumiria, mas não foi respondida. Amanda informa que os comitês trabalham não somente com editais e que essa divisão mesmo que temporária não será positiva ao seu ver. Katia Vallado concorda com a fala de seus colegas e afirma que ela também não está de acordo com essa modificação. O comitê da Baia de Guanabara é formado por subcomitês, com eles sendo bem estruturados as coisas acontecem. Katia informa a alta demanda de trabalho e disse que estão dando uma rasteira, pontuando que a idealização do escritório de projetos não seria essa, teria exclusivamente um especialista e agora não teria mais. Tendo em vista, que o Município de Niterói tem investido muito desde o governo passado no sistema lagunar. Katia disse que pensar em uma divisão agora no momento irá prejudicar muito o andamento e pediu para que repensassem, principalmente com a fala dos coordenadores. Ana disse que não vê isso como se estivessem tirando o especialista do clip, porque o que está sendo proposto é ele conduzir as ações do clip, como a ação de demarcação da faixa marginal da Lagoa de Itaipu e dar andamento nos recursos que entraram agora, que estão sendo deliberados para uma ação que terá parceria com a Prefeitura. Então, ele não está sendo deslocado para atuar em outro subcomitê, estaria atuando nas demandas específicas e restritas que o clip deliberou ano passado. Ana fala que se não for o Paulo atuando nesta demanda, estaria passando para o Leandro ou a Amanda, e que teria que reestruturar e prever o impacto no que irá

para a rua, mantendo cautela para não deixar muitos contratos em cima deles. Ana ressaltou que é importante entender que sem as ações do Contrato de Gestão não há escritório de projetos e que sem comitê não há subcomitê, enfatizando que a avaliação do CG se baseia também em desembolso. Ana sugeriu um encaminhamento, que seria uma minuta de carta com base no que foi discutido nesta reunião, passando para apreciação e ter um retorno formal, posteriormente ter um planejamento diferente do que já foi executado do impacto do desembolso e contrato de gestão. José Paulo disse que não tem como fugir, mas que tem coisas que não poderiam ser esquecidas. Ele disse que não é possível que a secretaria tinha três especialistas, as demandas cresceram, ele pede como encaminhamento é que faça um mapeamento destas atividades que são comuns a todos. Ele afirma que o argumento da Ana em relação a algumas obras que são acompanhadas faz sentido, e que esta questão da secretaria executiva está muito pequena. Ele solicita saber o que cada especialista está fazendo e quais funções. José Paulo acha um tiro no pé, fazer um processo seletivo de toda Agevap, que é feito para economizar e ficar a mercê de quem for selecionado. Deve-se pensar no perfil certo e que se comitê Baia de Guanabara não puder adotar é preferível. Amanda diz se preocupar muito com a maneira como as coisas estão sendo colocadas, como por exemplo " O Paulo Eduardo já está no clip, então faz mais sentido colocá-lo e não outro especialista para acompanhar os editais". Amanda disse que nunca foi uma obrigação, uma atividade, uma responsabilidade desses especialistas o contrato de gestão. Amanda falou que estão colocando responsabilidades e cobrando que não está de acordo, inclusive falando que não saberá quais são as prioridades das pessoas de uma hora para a outra. Amanda expressa novamente seu desacordo com estes tipos de fala e disse que acha que o comitê só existe porque os subcomitês estão a todo tempo trabalhando e que de uma hora para a outra se os subcomitês pararem de trabalhar, gostaria de ver o que irão apresentar. Amanda disse que tem uma inversão muito grande do que é importante, do que é prioritário e que se tem muitos editais na rua é falta de planejamento. Amanda pontuou ter ficado desconfortável com as falas ocorridas nesta reunião e faz menção na fala da Katia e coloca queo clip se confunde com a região oceânica de Niteroi. Amanda disse que tem diversos projetos que os especialistas estão acompanhando e que se não tiver uma pessoa sem ser administrativo para ajudar, não sabe como será e pode acabar com o protagonismo do Clip. Christianne Bernardo disse que não tem nada definido e que está sendo discutida a proposta que foi enviada para ver se vai aceitar ou não, para fazer uma contraproposta. Amanda disse que na forma que foi colocado deu entendimento ao sentido de outra ideia. Jorge Muniz propôs que o modelo seja analisado em alguns meses. Ana Costa disse que primeiro gostaria de pedir desculpa, pela forma que falou e colocou a questão, não queria parecer uma represália, mas que é uma forma de planejamento e que irá refletir em alguma coisa, que jamais quis que

soasse como chantagem ou algo do tipo. Ana Costa falou sobre o processo seletivo da pessoa que irá substitui-la, disse que a Agevap suspendeu o processo temporário e que fará um edital único e efetivo, sendo somente no final do ano. Ana disse que pode deliberar como encaminhamento para a direção da Agevap a possibilidade para fazer temporário na vaga do CG. Ana acrescentou que os estagiários irão continuar entrando de acordo com as especificações que cada subcomitê e falou e em relação à demanda de projetos reprimida, vem de um perfil anterior que era deliberativo e agora o comitê está começando a executar seus editais, seus termos de referência e que e que é a primeira vez que o comitê está tendo seus projetos contratados através da Agevap. **4) Integração dos diversos sistemas de informação (SIGA BG, Sistema da Novaterra, MP em mapas, sistemas do INEA/SEAS);** José Paulo realizou uma breve contextualização sobre o item, questionando como se deve realizar a contratação do programa para lidar com mapas. Ana falou que o SIGA produz mapas estáticos e que estão pensando sobre a possibilidade de se adquirir o ArcGis de forma que o acesso aos mapas seja aprimorado. Ana pontuou que há recurso para isto no macroprograma instrumentos de gestão. Patrick Souza falou que seriam disponibilizadas outras funcionalidades se esta licença for renovada, havendo vários pacotes que possibilitariam maior interação e novas análises. Eloísa Torres falou sobre a importância da divulgação da ferramenta. Ana falou que apesar da contratação não ser demorada, acredita que não há tempo para que haja a discussão na CTIG e depois novamente à Plenária, mesmo que ela aconteça por dispensa tendo que vista que o fornecedor seja exclusivo. José Paulo disse ser favorável à contratação, colocando que acredita que deve ser feita uma consulta sobre isso. Flávia sugeriu que a Lohana seja uma das capacitadas e José Paulo acrescentou que acredita que seria interessante que houvesse a capacitação de todos que fosse possível para melhor utilização da ferramenta. Foi aprovada a renovação e solicitaram que seja analisada a possibilidade de ser realizar capacitação com membros e funcionários da secretaria executiva. **5) Edital de Educação Ambiental:** Maria Teresa disse que teve uma reunião na CTEM convocada com urgência, quando percebeu que além do e-mail que tinha enviado, o processo de análise das etapas estava tendo continuidade sem ter constituído a comissão de acompanhamento, entendo que isto os deixava capacitados para realizarem a suspensão do processo e o retorno ao momento zero. A única justificativa foi a não existência da comissão de acompanhamento. Ela colocou que alguns integrantes da CTEM e do Oeste tinham verificado e tomado conhecimento das outras propostas. Maria Teresa disse que duas vezes foi mencionada a palavra grupo e que há a interpretação do mesmo papel para essas entidades entre grupo e comissão. Ela colocou que a Ana sempre está respondendo em tempo, mas encaminhou a reposta da comissão de julgamento e que não seria questão de suspensão, porque implicaria numa possível ação de impedimento por parte dos proponentes. Maria Teresa perguntou

a Ana se iria continuar não tendo a Comissão de Acompanhamento e disse que foi uma decisão tomada, que mais uma vez ocorreu uma falta de respeito com as Comissões de Acompanhamento. Ela continuou pontuando que a solução que encontraram foi totalmente equivocada ao ver de Maria Teresa, que teria até quinta-feira para se manifestar sobre a única proposta que ainda está concorrendo. Maria Teresa solicitou por e-mail aos membros da CTEM que avaliassem esta proposta, observando os pontos positivos e negativos, em especialmente os critérios do anexo 9. Maria Teresa analisou a proposta e ficou incomodada com a fragilidade e precariedade dos critérios, e falou sobre alguns erros no edital e suas partes repetitivas, fora a questão das documentações. Maria Teresa disse que ao ser pontuado em cima dos critérios solicitam para análise técnica um "programa", e não há um programa a ser analisado e que isto a preocupa, tendo em vista que é muito mais complexo solicitar um programa que um plano. Maria Teresa disse que pretende enviar no prazo de quinta feira. Ela espera que dessa vez, ao contrário da análise técnica da qual participou anteriormente em que somente ela fez como representante do CBH-BG dos projetos de pesquisa, sua opinião seja considerada, pois na ocasião ela considerou que alguns projetos não deveriam ser considerados aptos a receberem recurso público e que não recebeu nenhum retorno da avaliação da comissão de julgamento, o que fez com que se sentisse ofendida, por eles não confiarem em sua decisão avaliativa. Ela acredita que no corpo da CTEM os membros reconhecem e conhecem a educação ambiental, seus compromissos e estrutura dentro da proposta que foi levado no edital, vinculado à AGEVAP. Ana Costa disse que os editais da Agevap são realizados em vários formados, inclusive que se contratou uma consultoria para realização dos formatos. A Agevap já solicitou proposta e atestado da coordenação, que é algo mais objetivo, esclarecendo que a proposta técnica é feita na reunião de alinhamento, no momento que a empresa está contratada. Ana falou que há os prazos legais que não tem possibilidade de redução, o que encurta o prazo das análises técnicas para dar andamento. Ana disse que nem sempre as empresas que entram são ruins, e que, se ela passou pelo processo e teve todas as documentações aceitas que não tem como inabilitar, mas que compreende que está sendo tudo novo para todos, ela cita o exemplo da RHA que ninguém conhecia e agora está executando o plano de bacia. Maria Teressa disse que a fala de Ana chega a ofender, porque se tem especialistas na comissão de julgamento, tem especialistas no CBH. Ela questiona se os especialistas da comissão de julgamentos são melhores que os do CBH, já que como o projeto não foi recomendado e ela recebeu o resultado sem nenhuma justificativa, não há respeito técnico entre as instâncias. Maria Teresa disse que sabe sobre interpretação jurídica e a justificativa não cabe. Ela fala sobre o atestado e as documentações e que há a obrigação em se apresentar experiência em educação ambiental, completando sua fala levantando a importância da elaboração e planejamento para a proposta de educação ambiental.

Jose Paulo perguntou para Ana qual o sentido faz a Agevap demorar muito tempo no processo de contratação e querer ganhar tempo na análise feita pelo cliente. Ele sugeriu conversar sobre reabrir esse edital e ter tempo de análise e diálogo com a Agevap. José Paulo sugeriu um tempo maior para que o edital fique melhor. Ana falou que iria realizar um encaminhamento sem impugnação do edital, realizar uma carta, conjunta com a CTEM e Comitê explicando os motivos pelos quais deve ser suspenso. Ana fala que entender ser prematuro esta posição sem conhecer a empresa, sem estar contratado e ver como é o serviço. Porém, se as falhas forem consideradas muito graves a ponto de não conseguir dar seguimento, ela sugere a suspensão do edital por meio desta carta. Christianne perguntou se Maria Teresa estaria de acordo com a posição de Ana. Maria Teresa disse que não pode responder pelos colegas, pois teve apoio deles e que entende o que Ana fala, mas não há uma proposta e este é o motivo de impedir a continuidade e justificar o cancelamento, acrescentando que o modelo de edital da Agevap seja revisto juntamente com a diretoria. Maria Teresa achou perfeito o encaminhamento de Ana e afirma que colaborará nesta carta de assinatura conjunta. Christianne disse que ela pode continuar com o parecer, porque ele que irá justificar a carta. Eloisa Torres indagou a Ana se ao invés de suspender poderia aditar o prazo e o conteúdo do edital, estabelecendo o teor que deve ter esta proposta. Maria Teresa disse que o edital não tem proposta e por isso não poderá ser editado. Ana Costa disse que está questão é delicada, porque a comissão de julgamento ter que acatar, mesmo se ela tivesse uma ideia contraria, significaria aceitar a comissão do comitê em detrimento da posição da Agevap, mas nos atos praticados quem responde é a Agevap. Ana Costa disse que é delicado falar para comissão de julgamento da Agevap acatar independentemente da posição dela a comissão de julgamento da CTEM. Ela coloca que acredita que poderia ser realizada uma justificativa no sentido de caso não acolha o parecer da CTEM, podendo até marcar uma reunião. Christianne disse que não será a Ana que irá falar para Agevap fazer algo. Será o encaminhamento da reunião, com o parecer apresentado nesta reunião e que acate o parecer da CTEM, se a comissão julgadora não acatar, ela deve justificar o porquê e após isto, marcar a reunião. Todos concordaram com o encaminhamento e a reunião foi encerrada.

CHRISTIANNE BERNARDO DA SILVA
Presidente do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá

ENCAMINHAMENTOS:

1. Renovar o Escritório de Projetos.

2. Renovar a licença do ArcGis.
3. Fazer a minuta de carta do comitê em resposta ao planejamento das atividades 2021 proposto pela Agevap.
4. Dar celeridade ao processo de contratação de ERH para a vaga do CG.

PARTICIPANTES:

Adauri Souza – Instituto Baía de Guanabara; Eloísa Torres – Instituto Terrazul; Christianne Bernardo da Silva – 57ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil; Alexandre Anderson dos Santos – SINDPESCA; Vera Maria de Rossi Chevalier – Associação Projeto Lagoa de Marapendi - Ecomarapendi; Maria Aparecida Resende – Prefeitura Municipal de Magé; Paulo Cardoso - ALAPI; Amanda Jevaux – Prefeitura de Niterói; Maria Teresa Gouveia – CRBio; Mayná Coutinho Morais – CEDAE; José Paulo Azevedo – OMA Brasil; Jorge Muniz – CEDAE; Flávia Lanari – APALMA; Frederico Menezes – CEDAE; Adriana Bocauiva – AMALGA; Halphy Rodrigues – Águas de Niterói; Jacqueline Guerreiro – OMA-Brasil; Kátia Vallado – CCRON; Daniel Moraleida – Fundação Rio Águas; Secretaria executiva: Aldemir Gomes; Ana Costa; Carolina Martins e Patrick Souza.